

Casa-Grande & Senzala na Leitura de um Economista

Renato Duarte(*)

1. Introdução

Existe consenso sobre a natureza seminal e a contribuição do livro *Casa-grande & senzala*, obra máxima do sociólogo Gilberto Freyre, ao atendimento da formação da sociedade brasileira. Estudiosos de vários segmentos das ciências sociais analisaram aquele livro sob diversas óticas. Este trabalho procurará apresentar uma contribuição quiçá diferente daquilo que até agora foi feito, pois pretende identificar as informações e análises encontradas em *Casa-grande & senzala* – não obstante a ênfase sociológica e antropológica dada por Freyre à sua obra – que estejam mais diretamente relacionadas ao processo de formação da economia brasileira. A riqueza de informações contidas na obra de Freyre permite não só que se conheçam aspectos elucidativos da formação econômica do Brasil durante o período colonial, como, também, as origens de problemas que sobreviveram à passagem do tempo e persistiram ainda hoje.

Ao redigir este artigo, vi-me diante do dilema de transcrever literalmente, entre aspas, as frases escritas por Gilberto Freyre, ou de reescrever as suas idéias, remetendo o leitor às páginas correspondentes do ensaio – como Freyre preferia chamar o seu grande livro. Nesse caso, pareceu-me que o artigo ficaria sobrecarregado de notas de rodapé. Por isso optei pela transcrição, *ipsis litteris*, da redação original, inclusive para proporcionar ao

(*) PH.D. em Economia; coordenador da Área Temática, Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco.

leitor deste artigo a oportunidade de deleitar-se com a beleza e precisão do estilo freyriano.

2. Os Formadores

O livro *Casa-grande & senzala*¹ tem sido motivo de incontáveis estudos de análise e avaliação. Creio que, qualquer que seja a formação intelectual do leitor daquela obra, não lhe escapará a constatação de que são raros os livros, como aquele, que, sendo trabalho rigorosamente científico, é, igualmente, uma obra de grande qualidade literária. Como trabalho científico, *Casa-grande & senzala* resulta de um exaustivo esforço de pesquisa interdisciplinar, que se serve de fontes as mais diversas. O leitor habituado aos estudos nas várias especialidades das ciências sociais perceberá naquele ensaio um enorme esforço de pesquisa interdisciplinar, envolvendo a Sociologia, a Antropologia Social, a Antropologia Física, a História Social, a Biologia e a Psicologia. Toda essa erudição é apresentada em um estilo elegante, original e envolvente. Por essas qualidades, *Casa-grande & senzala* já se destacaria como uma obra superiormente singular. No entanto, há muito mais.

Para explicar a formação da sociedade patriarcal brasileira, Gilberto Freyre entendeu – e o fez minuciosamente – que teria, para compreender a realidade por ele descrita e interpretada, que ir buscar nos seus antecedentes a explicação para a realidade que ele estava escrutinando. Entendeu ele que, para escrever sobre a formação da sociedade brasileira, teria que conhecer a cultura dos três povos – o português, o ameríndio e o africano – que se caldearam e moldaram o nosso povo.

2.1. Os Portugueses

Ao discorrer sobre “a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos”, Freyre

¹ Todas as citações do livro de Gilberto Freyre neste artigo foram retiradas de *Casa-grande & senzala*, 9a edição brasileira [10a em língua portuguesa] (Freyre: 1958, 1o e 2o Tomos).

analisa detidamente o passado cultural daquele povo, que lhe proporcionou as “condições físicas e psíquicas de êxito e de resistência. Entre outras, o realismo econômico...”. Destaca ele, como características essenciais para o sucesso da empreitada econômica que se iniciava na colônia, a mobilidade, a miscibilidade, a aclimatabilidade que o português, no decorrer da sua história pregressa, incorporara à sua cultura. Essas características mostraram-se essenciais para que o português conseguisse superar as condições adversas do clima e solo da colônia, como, também, atenuar a enorme escassez de gente para o início do povoamento da terra recém-ocupada. Graças à superação de tantas dificuldades, segundo Freyre,

o colonizador português do Brasil foi o primeiro, dentre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura extração mineral, vegetal ou animal (...) para a criação local de riqueza (...) à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los.

Freyre destaca, citando diversos autores, que os “portugueses colonizadores do Brasil foram os primeiros europeus a verdadeiramente se estabelecerem em colônias (...) transportando-se com a família e cabedais para os trópicos”. Aqui, o autor enfatiza o papel desempenhado pela família – e não o indivíduo, o Estado ou a companhia de comércio –, em, verdadeiramente, desde o século XVI, colonizar o Brasil. A família colonial desenvolveu, sobre a base econômica da monocultura latifundiária e do trabalho escravo, uma sociedade peculiar nos aspectos sociais, econômicos e políticos. Freyre aponta uma curiosidade em relação àquilo que se poderia considerar como evidência da adaptabilidade do português às condições naturais da colônia. Ao analisar o abandono secular da agricultura verificado em Portugal, em favor da atividade mercantil – principalmente o comércio de especiarias trazidas do oriente e o tráfico de escravos africanos –, ele afirma ser “Curioso, portanto, que o sucesso da colonização portuguesa do Brasil se firmasse precisamente em base rural”.

Porém, logo em seguida, ele diz que a maioria dos colonos portugueses optou pela atividade rural, não espontaneamente, mas “imposto pelas circunstâncias em que avultam imperiosas: a qualidade e as condições físicas da terra; as condições materiais e morais da vida e cultura dos seus habitantes”. Ele cita Oliveira Martins no livro *Evolução do povo brasileiro*, para explicar que a falta de riqueza acumulada – como havia nas Índias – e de base para a atividade comercial levou “os peninsulares para aqui transplantados a se dedicarem à exploração agrícola”. Adiante retornaremos às análises de Freyre sobre a base econômica do Brasil colônia.

2.2. Os Indígenas

Gilberto Freyre dá grande importância ao papel dos ameríndios na formação da cultura brasileira, em particular, àquele desempenhado pelas índias no povoamento do Brasil, através da miscigenação. Segundo ele, no primeiro século da ocupação, a miscigenação do branco se deu mais pela “circunstância da escassez, quando não da falta absoluta, de mulher branca”, de modo que “desenvolveu-se através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade colonial, num largo e profundo mestiçamento (...)”. A contribuição do homem aborígine foi, segundo Freyre, formidável em alguns aspectos: “como guia, canoeiro, guerreiro, caçador e pescador. (...) sua capacidade de ação e de trabalho falhou, porém, no rame-rame tristonho da lavoura de cana (...)”. Ao comparar os papéis representados pelos indígenas dos dois sexos, Freyre afirma que:

(...) sob o ponto de vista da organização agrária em que se estabilizou a colonização portuguesa do Brasil, maior foi a utilidade social da mulher que a do homem indígena. Este se retraiu quase por completo aos esforços dos colonos e mesmo aos agrados dos padres para o incorporarem à nova técnica de exploração econômica e ao novo regime de vida social.

Ainda a respeito da mão-de-obra aborígine, Freyre diz que: “Do indígena quase que só se aproveitou a colonização agrária no

Brasil o processo de coivara, que infelizmente viria a empolgar por completo a agricultura colonial”². As explicações para essa parca contribuição está no nomadismo, na atividade extrativista e na atribuição que tinham as mulheres de cuidar do pouco de lavoura que os nossos aborígenes praticavam.

Ele afirma, ainda, que o contato da cultura ameríndia com a européia foi, para a primeira, um “contato dissolvente”, e que a ação dos missionários – principalmente dos jesuítas – foi “mais dissolvente que a do leigo”. No seu ensaio – como ele denominava o seu magistral livro –, Freyre discorre longamente sobre o que ele chama de “grande trabalho destruidor de culturas não européias” em que se constituíram os missionários. As influências deletérias – despovoamento, degeneração, degradação – perpetradas pelo sistema civilizador dos jesuítas foram extensas, mas “algumas dessas responsabilidades deveriam talvez ser repartidas com os colonos (...)”. Esse é um aspecto de grande relevância, porque, segundo Freyre, o sistema jesuítico contribuiu poderosamente “para o despovoamento do Brasil de sua gente autóctone”. Afirma o autor que, além da segregação e do trabalho forçado nas fazendas e nas missões, os processos de captura contribuíram decisivamente para a dizimação dos aborígenes. A esses fatores de despovoamento somavam-se os maus tratos infligidos aos índios e “as guerras de repressão e castigo levadas a efeito pelos portugueses”. O certo é que, segundo Freyre, “O sistema escravocrata por um lado, e o missionário por outro, continuariam a sua obra de devastação da raça nativa (...)”.

De interesse para o economista leitor do livro *Casa-grande & senzala*, são as referências do seu autor à importância econômica que tinham os índios para os seus donos, para os quais eles funcionavam como referência de poder e de status social. Como capital fixo do colono, o índio escravo tinha mais valor do que a própria terra, na opinião de Freyre, para quem cada *peça* – como os cativos eram chamados – equivalia a moeda, com que se pagavam dívidas ou se adquiriam mercadorias. Nas palavras de

2 Essa é uma das várias passagens do livro em que Freyre, enfática e precursoramente, denuncia, ainda nos primórdios da nossa formação, a agressão ao meio ambiente no Brasil.

Freyre, “Moedas côm de cobre depois substituídas pelas peças de Guiné”. Em uma frase curta e forte, Freyre resume a tragédia que se abateu sobre o aborígine brasileiro: “O açúcar matou o índio”.

2.3. Os Africanos

Não tendo o índio correspondido às exigências do trabalho na cultura do açúcar, haveria que substituí-lo por mão-de-obra mais vigorosa e mais resistente. Freyre coincide com outros historiadores na opinião de que “as condições físicas da terra” que tocou aos portugueses exigiram um tipo de colonização agrária e escravocrata”³. Afirma ele que nenhum povo europeu era mais predisposto ao regime de trabalho escravo do que o português. Assim, “Sentiu o português com o seu grande senso colonizador, que para completar-lhe o esforço de fundar agricultura nos trópicos – só o negro. O operário africano”. Para Freyre, o negro executou melhor que o índio o trabalho na agricultura canavieira porque vinha de uma “Cultura já francamente agrícola. Não foi questão de altivez nem de passividade moral”. Ele repete a pergunta feita por historiadores brasileiros – entre eles Varnhagen e Oliveira Martins – e estrangeiros, se teria sido a escravidão negra no Brasil um grande erro. Freyre acha que não, visto que, devido às condições climáticas e à extensão das terras, somente “a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo Europeu”⁴. Freyre conclui, por outro lado, que a Coroa portuguesa, ao transferir a particulares a tarefa de povoamento da colônia, estimulou o surgimento de malefícios os mais variados:

(...) instintos de posse e de mando (...) monocultura desbragada. O mandonismo dos proprietários de terras e escravos. Os abusos e violências dos autocratas das Casas-Grandes. O exagerado privativismo ou individualismo dos sesmeiros.

3 Alhures, o autor menciona a diminuta população de Portugal como outro determinante da implantação desse sistema.

4 Caio Prado Júnior concorda com essa opinião (Prado Júnior: 1961, p. 34).

Esses são traços que, seguramente, devem ser considerados ao se estudar o processo de evolução econômica, social e política do Brasil.

Sobre os antecedentes do regime escravocrata no Brasil, é importante considerar que a escravidão era, há muito, praticada em Portugal, e que se foi tornando *mórbida* à medida que o mercantilismo ali se consolidava. Freyre cita Alexandre Herculano, a propósito da escravidão em Portugal no século XVI: “A vida do escravo era nessa época verdadeiramente horrível” (Freyre: 1958, p. 349). Freyre diz não lhe interessar no seu livro clássico (...)

a importância do negro na vida estética, muito menos no puro progresso econômico, do Brasil. Devemos, entretanto, recordar que foi imensa. No litoral agrário, muito maior, ao nosso ver, que a do indígena. Maior, em certo sentido, que a do português.

O sociólogo-antropólogo pernambucano atribui às condições psíquicas e biológicas do negro a sua adaptação ao meio ambiente da colônia, tornando-se, assim, o maior colaborador do português na obra de ocupação agrária do território brasileiro. Ao discorrer sobre os atributos psicológicos e físicos dos negros trazidos para o Brasil, aquele autor detém-se em considerações sobre as diversas tribos africanas de onde eles provieram. Constata ele que: “A verdade é que importaram-se para o Brasil, da área mais penetrada pelo Islamismo, negros maometanos de cultura superior não só à dos indígenas como à da grande maioria dos colonos brancos (...)”. Esses escravos foram, na sua opinião, “um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos”. Essa é uma questão de grande importância para a análise da formação econômica do Brasil, pois é sabido que nos países que foram colônias e hoje são nações desenvolvidas, o nível educacional de grande parte dos colonos era razoável para os padrões da época, e as respectivas metrópoles encontravam-se, então, em estágios de desenvolvimento econômico e tecnológico avançados. Freyre continua com a sua avaliação do papel dos escravos, afirmando que eles “Foram a mão direita da formação

agrária brasileira (...) E não só da formação agrária”. Citando Eschwege, o autor de *Casa-grande & senzala* afirma que os africanos trouxeram a tecnologia da mineração do ferro para o Brasil, além de destacar a afirmação de Max Schmidt de que os africanos eram conhecedores, também, do trabalho em metais e estavam habituados à atividade pecuária. Provido a maioria dos escravos – bântus e sudaneses – de áreas agrícolas, eles eram bem alimentados de carne, vegetais e leite, afirma Freyre. Vale a pena transcrever aqui, a propósito da contribuição dos africanos à cultura brasileira, um trecho das prosa freyriana rica em expressividade: “O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê”.

Mais adiante, Freyre chama a atenção para a necessária diferenciação entre a influência pura do negro – que ele considera quase impossível separar – e a do negro escravo. Diz ele que as suas análises concentram-se no sistema social da escravidão, e não no negro em si. Diz ele: “O negro nos aparece no Brasil, através de toda a nossa vida colonial e da nossa fase de vida independente, deformado pela escravidão. Pela escravidão e pela monocultura de que foi instrumento (...)”. O regime escravocrata criou, de um lado, pessoas subjugadas e maltratadas – os escravos –, e, de outro, os seus senhores ociosos, que adquiriam riqueza sem trabalho. Foi pela condição degradante de escravos que os negros perderam as suas “melhores tendências criadoras e normais para acentuarem-se outras, artificiais e até mórbidas”. Freyre afirma a seguir que o “desenvolvimento físico, moral e eugênico dos negros foi distorcido pela sua situação econômica; pelas necessidades ou abusos do regime de trabalho nas plantações brasileiras”. Mesmo para um leigo em psicologia social, pareceria inevitável que os maltratos e as humilhações, a *coisificação* a que foram submetidos os escravos no Brasil, ao anularem a sua auto-estima, deitariam raízes que se perpetuariam através de várias gerações da sua descendência. Os negros eram privados de outra oportunidade que lhes poderia permitir, a eles e aos seus descendentes, usufruírem de melhores condições de vida: a educação. Segundo Freyre, “Os colégios dos jesuítas nos dois

primeiros séculos (...) foram os grandes focos de cultura no Brasil colonial (...). Porém, "Só negros e muleques parecem ter sido barrados das primeiras escolas jesuítas". Estavam, pois, criadas as condições humanas e psicológicas em que se reintegrariam os escravos e seus descendentes na vida brasileira depois da abolição da escravatura: carentes de auto-estima⁵, analfabetos, sem profissão e sem terras onde pudessem dar continuidade às suas experiências na lavoura. Assim, muitos escravos recém-liberados na região açucareira passaram a vagar de um engenho para outro; os que encontravam trabalho recebiam salários baixíssimos. Portanto, é pouco provável que a abolição tenha provocado uma redistribuição de renda no Brasil.

3. A Economia do Açúcar

Gilberto Freyre faz algumas incursões no estudo da economia do açúcar. A expansão do mercado europeu do açúcar em fins do século XVI fez crescer consideravelmente as quantidades e os preços de exportação daquela mercadoria. Freyre cita algumas fontes para demonstrar o aumento do número de engenhos, da produção de açúcar e do número de escravos africanos. Essa expansão, que teve o seu apogeu na primeira metade do século XVII, só veio a ser afetada pela produção de açúcar das Antilhas, na segunda metade daquele século. O engenho de açúcar constituía uma unidade econômica completa e quase que se bastava a si mesmo. Historiadores e economistas coincidem em afirmar que a rentabilidade da produção do açúcar era elevada. As etapas de produção e comercialização eram exercidas por distintos agentes, ficando aquela a cargo dos proprietários de engenho e esta sob a responsabilidade de mercadores portugueses e holandeses. Os comerciantes e a Coroa portuguesa eram os grandes beneficiários do excedente econômico gerado na economia do açúcar. Celso Furtado estima que pelo menos 90% da renda gerada naquela atividade constituíam excedente econômico (Furtado: 1963, pp. 59-61), parte do qual era utilizado pelos senhores de engenho e

5 Em livro publicado três anos depois de *Casa-grande & senzala*, Sérgio Buarque de Holanda refere-se "aos trabalhos vis a que obriga a escravidão e que não infamava apenas quem os praticava, mas igualmente seus descendentes" (Buarque de Holanda: 1971, p. 25).

dos proprietários dos canaviais na importação de alimentos, roupas, móveis e outros artigos de luxo. Segundo Freyre, nos fins do século XVI e primeira metade do século XVII, estabeleceu-se “não tanto o luxo, como desbragada luxúria, entre os senhores de engenho do Brasil (...) tudo concorrendo para o maior ócio dos senhores; e para sua maior libertinagem”. O açúcar foi responsável pela escravidão, por ter desestimulado a policultura e também por ter contribuído para a indolência dos senhores de engenho. Segundo Freyre, salvo alguns episódios de valentia em momentos de perigo de invasão de estrangeiros, “a vida dos aristocratas do açúcar foi lânguida, morosa”. Eram uns indolentes, com mãos de mulher e pés de menino (Freyre: 1958, p. 599). “Vida opulenta, e até espaventosa, a daqueles colonos portugueses que, dispondo de capitais para se estabelecerem com engenhos, conseguiram prosperar no Brasil, logo nos primeiros tempos (...)”. Sérgio Buarque identificou na cultura ibérica a falta de uma moral do trabalho. Afirma ele que “(...) Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais a um bom português ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia (...) o ócio importa mais que o negócio (...)” (Buarque de Holanda: 1963, p. 10). Freyre cita Clenardo, impiedoso crítico da vida em Portugal ainda no século XV: “Esta gente prefere suportar a aprender uma profissão qualquer (...) Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos”.

A expansão e a evolução estrutural da economia açucareira dependia da ampliação do mercado externo. Internamente, havia abundância de terras e a oferta de mão-de-obra escrava era elástica. Por isso, o crescimento da economia deu-se sem mudanças estruturais, e as eventuais crises no mercado externo não provocaram tensões capazes de modificar a sua estrutura (Idem, p. 67).

Como o único bem de consumo de maior valor comercial que podia ser suprido internamente era a carne, a pecuária era a atividade econômica, além do açúcar, que se mostrava viável na colônia, seja como alimento, seja como utilização dos animais para tração. Foi-se desenvolvendo, então, a atividade pecuária no interior, de forma extensiva e itinerante. Essa atividade – que não enfrentava escassez de mão-de-obra ou de terras – abastecia

a economia açucareira. Como os custos monetários nos sistemas açucareiro e pecuário eram reduzidos, ambos mostravam-se resistentes às quedas nos preços, a curto prazo. Furtado afirma que, no decorrer do período que se estende entre fins do século XVII e começos do século XIX, a renda *per capita* real decresceu, devido ao efeito simultâneo da perda de dinamismo da economia açucareira e do retorno da pecuária à situação de subsistência. Essa combinação levou o Brasil a uma fase de prostração econômica que durou mais de um século, estendendo-se entre fins do século XVII e o início do século XIX (Furtado: 1963, p. 79).

4. Transpondo os Limites da Casa-Grande

Freyre reconhece “que para Portugal a política social exigida pela colonização agrária representava esforço acima de suas possibilidades”, e que o problema de escassez de gente chegou a se refletir nas leis portuguesas. Ao transferir para a iniciativa particular a tarefa de colonizar a nova possessão, a Coroa portuguesa decidiu “povoar sem ônus os ermos da América”, segundo aquele escritor. Para ele, o mecanismo da administração colonial foi “frouxo, bambo, deixando à vontade as colônias e em muitos respeitos os donatários, e quando endureceu a criação do governo geral foi para assegurar a união de umas capitâneas com as outras (...)”. O “mando político” exercido pelos senhores rurais – na ausência da ação oficial – decorria da sua autoridade incontestada e de sua respeitabilidade inquestionável. Freyre afirma que foi tamanha a importância da unidade familiar, que:

A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos.

A casa-grande patriarcal tornou-se, assim, o centro e o modelo das relações sociais, políticas, religiosas e econômicas da colônia. Como diz Freyre, ela:

não foi apenas fortaleza, capela, escola, oficina, santa casa, harém, convento de moças, hospedaria. Desempenhou outra função importante na economia brasileira: foi também banco. Dentro das suas grossas paredes, debaixo dos tijolos ou mosaicos, no chão, enterrava-se dinheiro, guardavam-se jóias, ouro, valores.

Essa concentração de atributos e de poderes presidida pela autoridade patriarcal, viria a ser determinante de uma certa harmonia social. Foi esse prolongado e marcante primado da família patriarcal o responsável, segundo Buarque de Holanda, pela prevalência da mentalidade de casa-grande, por longos anos, nas cidades brasileiras. Afirma ele, também, que, à falta de uma burguesia urbana independente, toda a ordem administrativa do Brasil, durante muito tempo, comportou “elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial” (Buarque de Holanda: 1963, p. 57). Além disso, sendo os senhores rurais os “únicos verdadeiros cidadãos” da colônia, que viviam nas suas casas-grandes, os núcleos urbanos brasileiros, nos dois primeiros séculos, não passavam de locais pobres e descuidados, habitados por negociantes, artesãos, burocratas, policiais, pescadores e marinheiros. Até aí Gilberto Freyre não chegou no livro *Casa-grande & senzala*⁶. A sua intenção, nesse ensaio, foi de ocupar-se do sistema patriarcal, agrário e escravista, e não da vida urbana brasileira – o que ele faria mais tarde nos livros *Sobrados & mucambos* e *Ordem e progresso*.

5. À Guisa de Conclusão

A natureza interdisciplinar do livro *Casa-grande & senzala* tem feito dele um importante material de estudo para especialistas de variadas áreas do conhecimento. Embora Gilberto Freyre afirme no seu ensaio que não trataria, ali, de assuntos econômicos, este artigo demonstra que o livro contém muitos elementos relevantes

6 No prefácio à sexta edição daquele livro, Freyre explica o critério de espaço social – antes que geógrafo – por ele adotado. Entende ele por espaço social o conjunto brasileiro de regiões socialmente unificadas pelo sistema patriarcal, monocultor e escravocrata.

para a compreensão dos primórdios da formação – não apenas social, cultural e política –, mas também econômica do Brasil. Da mesma maneira, alguns dos muitos problemas que afligem o país, hoje, têm as suas origens claramente identificadas naquela obra germinal de Gilberto Freyre.

Ao tratar dos antecedentes de Portugal, Freyre mostra que, no limiar do descobrimento do Brasil, aquele país se encontrava empobrecido e subpovoado. Voltado predominantemente para as atividades mercantis, Portugal ocupava-se, então, do comércio de especiarias trazidas das Índias e de marfim, ouro e escravos provenientes da África. Importa, para a compreensão da economia que se iria formar, que Portugal carecia dos elementos essenciais – gente e capital financeiro – para ocupar tamanha vastidão de terra, que, pelo que se sabia até então, não possuía metais preciosos. Mesmo assim, os portugueses iniciaram a colonização. Conhecedores da tecnologia de produção de açúcar, praticada nas ilhas do Atlântico, atraindo capital privado nacional e estrangeiro, e utilizando mão-de-obra escrava indígena e africana, principalmente, os portugueses realizaram uma das maiores obras de colonização agrária da história da humanidade.

Porém, o passivo por eles aqui deixado foi enorme. Durante o primeiro século de colonização, a monocultura latifundiária e escravocrata de açúcar rendeu grandes lucros à Coroa portuguesa, aos mercadores portugueses e holandeses e aos senhores de engenho. Como as unidades agroindustriais do açúcar eram praticamente auto-suficientes na produção dos bens que se podia explorar localmente, e os custos de produção eram muitos baixos, a concentração da renda era enorme. Parte daquela renda era utilizada na importação de bens suntuários. Mas sobrava ainda um excedente econômico, que não encontrava oportunidades de aplicação produtiva na colônia. Além disso, a fragilidade econômica e militar da metrópole levou a Coroa portuguesa a impor restrições de toda ordem – proibição da produção de aguardente, de sal, da tecelagem de algodão, da fabricação de sabão e do cultivo da oliveira e da amoreira, entre outras – à economia colonial, sem falar nos efeitos danosos do tratado de Methuen (1703) e do Alvará de 1785, o qual determinou o fechamento de todas as fábricas existentes na colônia, à exceção dos teares para fabricação de

“panos grossos” com que se faziam as vestimentas dos escravos. A atividade pecuária que desbravou o sertão tinha frágeis vínculos com a economia açucareira, além de ser, por natureza, extensiva e itinerante, o que implicava baixos rendimentos. A expansão da economia colonial dependia, portanto, da conjuntura internacional. Essa foi uma das heranças de que o Brasil nunca se libertou: ainda hoje, o mercado e o preço externo das chamadas *commodities* – café, açúcar, soja, minério de ferro – têm grande significação para nossa pauta de exportações. A pequenez do mercado interno, resultado do sistema agrário implantado no Brasil colonial, não se ampliou, com o passar do tempo, proporcionalmente ao crescimento da população e à diversificação da economia.

A monocultura latifundiária e escravista do açúcar deixou profundas marcas na sociedade e na economia brasileiras, marcas essas que se têm mostrado difíceis de apagar. Os poderes econômico, social e político dos senhores de engenho, minuciosamente descritos por Gilberto Freyre, foram-se ajustando às realidades impostas pelo passar do tempo, de modo que, com nomes e roupagens novas, ainda sobrevivem.

Não é por outra razão que o Brasil exhibe, desafortunadamente, uma das piores distribuições de terras e uma das maiores concentrações de renda do mundo. Por outro lado, os efeitos econômicos, sociais e psicológicos do regime escravo ainda são visíveis, sob diversas formas, no nosso país. A miscibilidade do português – cujas raízes históricas Freyre analisa detidamente – nos primeiros séculos da colonização do Brasil, e que atenderam mais a necessidades físicas e psicológicas dos colonos do que a outros imperativos – criou no Brasil a maior concentração de população miscigenada do mundo. Hoje, porém, não há como negar a existência de preconceito racial contra os negros no Brasil: preconceito não apenas como sentimento, mas também como forma de exclusão social e ocupacional. Além disso – e sem pretender invadir a seara de outros especialistas –, a *coisificação* a que foram reduzidos os escravos e o abandono a que foram relegados em seguida à abolição da escravatura, explicam porque se encontra, entre os negros e seus descendentes, o maior contingente de pobres deste país. Por outro lado, a acentuação das desigualdades na distribuição da renda e da riqueza nesses

112 anos desde a abolição da escravatura no Brasil, explica que os poderes quase absolutos dos senhores de terra coloniais não foram abolidos, mas subsistem sob formas diversas. Não estou sugerindo que somente os descendentes de escravos sejam pessoas submissas e tolerantes, contudo não parece haver dúvida de que as gritantes desigualdades econômicas, sociais e educacionais, hoje existentes no país, têm origem nos privilégios de que gozavam as elites do período colonial, exaustivamente descritos por Gilberto Freyre. Tampouco se pode ignorar que os milhões de deserdados desta nação têm suportado, com grande estoicismo, tantas desigualdades e tantas injustiças.

6. Bibliografia

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 9. ed. brasileira, 1^o e 2^o Tomos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1963.

HÉLIO, Mário. *O Brasil de Gilberto Freyre: uma introdução à leitura de sua obra*. Recife: Comunigraf, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

